



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Fls. \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

Processo Legislativo 297/2025 – Projeto de Lei n. 1880/2025

---

## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

---

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 297/2025**  
**PROJETO DE LEI Nº 1.880/2025**  
**AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**RELATOR: GISLAINE ALVES YAMASHITA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta comissão de justiça e redação o Projeto de Lei que:  
*“Autoriza o Poder Executivo a Receber em Doação o Imóvel que descreve, e dá outras providências.”*

Junto a proposição, em anexo a justificativa do Autor (fls. 003); Ofício (fls. 004); Matrículas (fl. 005/006); Parecer jurídico (fls. 009/014), pugnando favoravelmente ao trâmite regular do presente feito.

Após, houve a leitura do Projeto em Plenário, vindo os autos a esta Comissão de Justiça e Redação para formulação de parecer, consoante norma regimental.

Nesta senda, ora apresentamos o presente relatório, passando à análise do tema em questão.

### II – ANÁLISE

De proêmio, é importante frisar que, consoante ordenamento regimental, a Comissão de Justiça e Redação deverá moldar seu parecer quanto ao aspecto Constitucional,



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Fls. \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

## Processo Legislativo 297/2025 – Projeto de Lei n. 1880/2025

Jurídico, Legal e Textual dos processos legislativos que correm por esta casa de leis, não lhe sendo oportunizado ultrapassar tais limites, sob pena de ilegitimidade, consoante traduz o art. 42 do RICM e seu parágrafo primeiro, senão vejamos:

*“Art. 42. A Comissão de Justiça e Redação competirá opinar sobre todos os processos e proposições entregues, à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, de redação e jurídico.*

*§ 1º - É obrigatório a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino determinado por este Regimento.”*

Veja-se, pois, que internamente a matéria tem pertinência com as atribuições desta Comissão de Justiça e Redação, pelo que não há que se falar em qualquer injuridicidade por falta de competência para a apreciação da proposta.

Verticalmente, cumpre destacar que a iniciativa legal possui subsistência com as disposições da CF/88, especialmente em seu art. 30, inciso I.

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Face ao exposto, tem-se que a matéria se inclui dentre aquelas de competência de iniciativa do Executivo Municipal, conforme o caput art. 37 da Lei Orgânica Municipal, como vemos:

*“Art. 37. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.” (grifo nosso)*

Tendo em vista o exposto, o presente Projeto de Lei é constitucional.

Quanto às exigências relativas à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

No tocante aos objetivos do projeto, não há óbice à proposta. O objetivo do Projeto de Lei é autorizar o Poder Executivo a Receber em Doação o Imóvel que descreve, e





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Fls. \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

Processo Legislativo 297/2025 – Projeto de Lei n. 1880/2025

dá outras providências.

Em sua justificativa, o autor aduz:

*“(...) Trata-se de via já implantada, dotada de completa infraestrutura urbana, incluindo pavimentação asfáltica, meio-fio, calçadas, rede de drenagem pluvial e iluminação pública, plenamente integrada ao sistema viário municipal e executada em conformidade com os parâmetros técnicos exigidos pela municipalidade.*

*A incorporação dessa área ao domínio público assegura segurança jurídica, possibilita atualização cadastral, manutenção adequada e permite futuros investimentos sem ônus ao erário, uma vez que todos os custos de implantação foram suportados pelas doadoras. A iniciativa representa nítido interesse público, pois contribui para a melhoria da mobilidade urbana, valorização regional e ordenamento territorial.(...)”*

Diante ao exposto, lavra-se parecer pela sua constitucionalidade e juridicidade.

## III – CONCLUSÃO

A presente proposição **ATENDE** ao interesse público buscado, demonstrando que o projeto é **viável, legal e constitucional**.

## IV – VOTO

A Sra. Ver. Gislaine Alves Yamashita (Relatora):

Por isso, o meu parecer é **FAVORÁVEL** pela **DELIBERAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO** pelo Soberano Plenário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2025.

**GISLAINE ALVES**

**YAMASHITA:00653**

**243901**

Assinado de forma digital por  
GISLAINE ALVES  
YAMASHITA:00653243901  
Dados: 2025.11.26 11:57:36  
-03'00'

**GISLAINE ALVES YAMASHITA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Fls. \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

Processo Legislativo 297/2025 – Projeto de Lei n. 1880/2025

## V – VOTO

O Sr. Vereador Marcondes Martignago (Suplente):

Voto “**pelas conclusões do relator**”

É como voto.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 2025.

MARCONDES MARTIGNAGO